



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE TECNOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA**

EZEQUIEL SÓSTENES BEZERRA FARIAS

**ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA
ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE CAMALAÚ/PB**

SUMÉ-PB

2013

EZEQUIEL SÓSTENES BEZERRA FARIAS

**ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA
ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE CAMALAÚ/PB**

Monografia apresentada ao Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia da Unidade Acadêmica de Tecnologia, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da UFCG como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Agroecologia.

Orientador: Professor Me. Luiz Antônio Coêlho da Silva

SUMÉ-PB

2013

F224a

Farias, Ezequiel Sóstenes Bezerra.

Análise dos princípios da economia solidária na Associação de Pescadores de Camalaú/PB . / Ezequiel Sóstenes Bezerra Farias. – Sumé - PB: [s.n], 2013.

54 f.

Orientador: Prof. Me. Luiz Antônio Coêlho da Silva

Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido. Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia.

1. Economia Solidária. 2. Associação de Pescadores – Camalaú - PB. 3. Associativismo. 4. Agroecologia. I. Título.

CDU: 334.73(043.3)

EZEQUIEL SÓSTENES BEZERRA FARIAS

**ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA
ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE CAMALAUÁ/PB**

Monografia apresentada ao Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia da Unidade Acadêmica de Tecnologia, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da UFCG como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Agroecologia.

BANCA EXAMINADORA:

_____ Nota (10,00)

Prof. Orientador – Me. Luiz Antônio Coêlho da Silva

_____ Nota (10,00)

Prof^a- Dr^a Maria da Conceição Gomes de Miranda

_____ Nota (10,00)

Prof^a- MSc Adriana de Fátima Meira Vital

Nota Final (Média) Nota (10,00)

Aprovada em Sumé – PB, 27 de setembro de 2013.

Dedico humildemente este trabalho primeiramente ao Grande Arquiteto do Universo pela condução retilínea. Em segundo lugar, quero dedicar a minha família, que independentemente do entrelaço sanguíneo, encho-me de orgulho diante do exemplar e árduo ofício que a mesma detém de transformar o conhecimento em instrumento de transformação social. Em terceiro lugar, quero dedicar aos munícipes camalauenses, que através de um ideal de progresso e de glória se imortalizaram perante os seus grandes feitos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador e amigo Prof^o. Luiz Antônio Coêlho da Silva, por estabelecer esta parceria na ânsia pela busca de um desenvolvimento socialmente justo no Cariri paraibano e pelas múltiplas orientações técnicas e humanizadoras. E ainda, por deixar-me seguro de sua confiança em meu trabalho.

Aos associados da APESCA, que honram e dignificam o seu trabalho e que disponibilizaram suas vivências e experiências para que estas se tornassem objetos de pesquisa.

Á minha amiga, esposa e companheira Roseane, pelo respeito, apoio e aceitação a este que antes era um sonho e que hoje tornar-se-á realidade.

Ao meu maior tesouro, meu filho Caio Adan, pelo empréstimo dos valiosos momentos em que nos fizemos distantes e por ser um dos motivos pelos quais minha busca pelo conhecimento seja ininterrupta.

As meus pais, pelo cuidado, ensinamento e incentivo que independem do tempo e do espaço e que pelo amor me ofereceram a vida.

Aos meus irmãos, pela harmonia e trabalho mútuo em benefício de todos aqueles que carregam consigo a nossa chancela.

Aqueles que juntamente comigo, acreditaram e investiram neste empreendimento: Valdo (amigo), Marden (irmão fraternal), Débora Cristiane (irmã), João de Deus (pai), Antônio Mariano (tio); estes sem os quais, não teria alcançado tão grande êxito.

Aos meus inesquecíveis “amigos” acadêmicos que durante esta caminhada ascendente deixaram eternas saudades.

Aqueles que independentemente das formações e títulos, semearam juntamente conosco seus sonhos e conhecimentos fecundos e que acima de tudo, lecionaram com amor.

A todos os funcionários do CDSA pela organização e manutenção do nosso “templo” de ensino, pesquisa e extensão.

A todo o povo do semiárido brasileiro: fabricantes de sonhos, possuidores de crenças e de uma capacidade ímpar de adaptação e de não aceitação aos estereótipos e as realidades quais somos submetidos.

Enfim, a todos aqueles que não me recordam a memória mais que construíram conosco esta história.

O nosso muito obrigado!

“O que caracteriza a economia burguesa é que ela vê na ordem capitalista não uma fase transitória do progresso histórico, mas a forma absoluta e definitiva da produção social.”

Karl Marx, O Capital. Livro 1. Capítulo VI (Inédito). São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

RESUMO

Este trabalho constitui-se de um estudo realizado na Associação de Pescadores do município de Camalaú-Paraíba. Seu objetivo principal é analisar se a APESCA desenvolve atividades dentro dos princípios da Economia Solidária. Quanto aos objetivos específicos, têm-se: verificar quais as contribuições socioeconômicas da associação para os pescadores, caracterizar a APESCA como sendo ou não um empreendimento solidário, identificar qual a concepção que os pescadores têm em relação à Economia Solidária e conferir a existência de práticas agroecológicas. Metodologicamente, esta pesquisa é de natureza descritiva e exploratória, utilizando a pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo. Como técnica de coleta de dados foi utilizada a observação *in loco* com aplicação de entrevista e questionário. A sua abordagem é quali-quantitativa e na análise dos dados é utilizado o método estatístico descritivo. O universo da pesquisa é constituído pela Associação de Pescadores de Camalaú-PB. Nesse sentido, os sujeitos da pesquisa são os próprios associados. A pesquisa buscou abordar o tema Economia Solidária, analisando a presença ou ausência de seus princípios na associação. A análise vislumbra os indicadores de solidarismo internos e externos, a caracterização dos seus componentes como atores participantes e/ou participativos no processo administrativo e político e a eficiência e viabilidade econômica do empreendimento. Como resultado, embora debilidades e limites sejam identificados nessas experiências, e ainda as mesmas, não estarem totalmente adequadas aos princípios da Economia Solidária, é perceptível sua tendência geral a realizarem os seus fins, de preservação da vida em condições dignas, através da participação democrática e da reciprocidade. Conclui-se que deve haver uma reorganização da estrutura associativista e uma sensibilização junto aos pescadores da Associação de Pescadores de Camalaú (APESCA) quanto à essência da Economia Solidária.

Palavras-chave: Economia Solidária, Associação, APESCA.

ABSTRACT

This paper presents a study conducted at the Association of Fishermen of the municipality of Camalaú - Paraíba. Its main objective is to analyze whether the APESCA conducting activities within the principles of the Solidarity Economy. As for specific goals, we have: check which socioeconomic contributions of the association for fishermen, APESCA characterize as being supportive or not a new development, identify which design that anglers have for the Solidarity Economy and check the existence of practices agroecological. Methodologically, this research is descriptive and exploratory in nature, using the bibliographic, documentary research and field research. As a technique for data collection on-site observation with application and interview questionnaire was used. Their approach is qualitative and quantitative data analysis and is used descriptive statistical method. The research consists of the Fishermen's Association Camalaú-PB. In this sense, the subjects are themselves associated. The research sought to address the theme Solidarity Economy, analyzing the presence or absence of its principles in the pool. The analysis envisions the indicators of internal and external solidarism, the characterization of its components as participants and / or participating actors in the administrative and political process and the efficiency and economic viability of the enterprise. As a result, although weaknesses and limitations are identified in these experiments, and still the same, are not fully adequate to the principles of solidarity economy, its general tendency is noticeable to achieve their purposes, to preserve a dignified life, through democratic participation and reciprocity. It follows that there should be a reorganization of the associative structure and to raise awareness among fishermen Fishermen's Association Camalaú(APESCA) as the essence of the Solidarity Economy.

Key-words: Economics Solidarity, Association, APESCA.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ASSOCIATIVISMO.....	13
2.1.1 Conceitos de Associativismo.....	15
2.1.2 Associativismo no Brasil.....	18
2.2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	19
2.2.1 Breve histórico e conceituação.....	20
2.2.2 Economia Solidária no Brasil.....	23
2.2.3 Princípios da Economia Solidária.....	24
2.2.4 Relações entre a Economia Solidária e a Agroecologia.....	27
3. METODOLOGIA.....	28
3.1 TIPO DE ESTUDO.....	29
3.2 LOCAL DE ESTUDO.....	29
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA E AMOSTRA.....	31
3.4 HISTÓRICO DA APESCA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	31
3.5 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	34
3.6 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS.....	34
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICE 1 – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO.....	49
APÊNDICE 2 – ENTREVISTA.....	53
ANEXO A – ESTATUTO SOCIAL.....	54

INTRODUÇÃO

A pesca, primeira atividade humana de sobrevivência, adquiriu uma dimensão lúdica quando o homem se tornou pastor e agricultor. Esta atividade de múltiplas funções e objetivos propiciou a exploração e ocupação de diferentes *habitats*, onde os homens puderam aproveitar de alguma forma a produção advinda de mananciais hídricos. Hoje, a pesca é uma das principais atividades econômicas na produção animal mundial, principalmente no Brasil, cuja rede hidrográfica é bastante ampla.

De acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura, no Brasil em 2011 existiam cerca de 957 mil pescadores e pescadoras artesanais registrados e estes se organizavam por meio de 760 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas. No Brasil se produzem cerca de 1 milhão e 240 mil de pescado por ano e a pesca artesanal é responsável por 45% desta produção.

Entretanto, não obstante esteja à figura do pescador pertencente a um grupo marginalizado historicamente, a exemplo do que ocorre(u) na região do cariri paraibano, consequência da exploração e dominação de uma economia de mercado excludente e que ao longo dos anos inviabilizou o crescimento e o desenvolvimento de padrões aceitáveis e justificáveis, no que diz respeito à qualidade de vida desta classe profissional, existindo assim, a necessidade de projetos de reorganização social e política e de responsabilidade ambiental a luz da Economia Solidária e da Agroecologia.

Considerando a sua relevância histórica e o contínuo crescimento, e de seus empreendimentos, cada vez mais a Economia Solidária vem sendo discutida nos meios acadêmicos no intuito de amadurecer o entendimento quanto aos seus princípios, à caracterização dos empreendimentos tidos como solidários e a sua devida assistência.

O crescimento da economia solidária vai desde a criação das Incubadoras Universitárias, que hoje estão espalhadas por todo o Brasil e surgem no intuito de apoiar e articular os empreendimentos, até as políticas públicas emergentes, que vêm com o propósito de impulsionar este campo de práticas por meio das gestões das esferas (federal, estadual e municipal) desta economia tida muitas vezes como utópica, já que há uma transformação social, econômica, cultural e política de onde está inserida.

Foi em consequência da insustentabilidade e violência no atual sistema de mercado que surgiram inúmeras experiências de reestruturação no cariri paraibano, inclusive no município de Camalaú, no qual foi criada em 21 de abril de 2001 a Associação de Pescadores

(APESCA), no intuito de se buscar um desenvolvimento socialmente justo e a autorrealização para as pessoas que dependem direta ou indiretamente da produção de peixes na região.

No contexto atual, se faz necessário um levantamento e uma caracterização destes empreendimentos, sejam eles associações ou cooperativas, como mecanismos convergentes aos princípios da Economia Solidária e da Agroecologia, perante a possibilidade do oferecimento de assistência e de investimentos adequados, sem contar que os dados disponíveis nos institutos de pesquisa não permitem muitas informações de inferência quanto aos empreendimentos de Economia Solidária que têm a Agroecologia como referência prática e conceitual em suas atividades.

Embora sejam campos distintos, tanto a Agroecologia como a Economia Solidária são mecanismos de contestação e articulação sociopolítica e de práticas alternativas de desenvolvimento.

A APESCA é composta por 79 (setenta e nove) associados, sendo que destes 40% são mulheres, inclusive a sua presidenta Maria de Fátima Mota Barbosa. Os mesmos são auxiliados por uma série de benefícios governamentais em consequência da associação e a produção de peixes, com destaque para Tilápia (*Sarotherodon niloticus*) e Traíra (*Hoplias malabaricus*)¹, ocorrem de forma artesanal e em tanques rede.

Os pescadores ganham por produção e muitas vezes lideram a concorrência e a competição no seio da associação, competição esta, entre a pesca artesanal e a aquicultura. Ainda, são incentivados por meio de premiação aqueles que atingem uma maior produção e não estão inadimplentes com a Associação.

Dentre vários outros problemas, têm-se: a falta de organização e administração coletiva da associação, pois se vislumbra os interesses econômicos em detrimento aos interesses sociais, comprometendo assim, a qualidade dos serviços e produtos oferecidos pela associação, a incipiente participação coletiva nas questões político-administrativas, e ainda à resistência cultural dos pescadores quanto ao processo de qualificação das técnicas de produção.

Diante da necessidade de um instrumento norteador que possibilite a supressão das lacunas abertas no que diz respeito às inadequações da estrutura organizacional deste empreendimento social, pretende-se contribuir por meio desta análise tanto para eficiência do processo administrativo e produtivo quanto para o solidarismo entre os componentes da APESCA.

¹ Disponível em: <http://www.ccarevista.ufc.br/site/down.php?arq=10rca19-1.pdf>

Este trabalho constitui-se de um estudo realizado na Associação de Pescadores do município de Camalaú-Paraíba em agosto e setembro de 2013, cujo objetivo geral foi se a APESCA desenvolve atividades dentro dos princípios da Economia Solidária.

Já quanto aos objetivos específicos, têm-se: verificar quais as contribuições socioeconômicas da associação para os pescadores, caracterizar a APESCA como sendo ou não um empreendimento solidário, identificar qual a concepção que os pescadores tem em relação à Economia Solidária e conferir a existência de práticas agroecológicas.

Em termos metodológicos esta pesquisa é de natureza descritiva e exploratória, utilizando a pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo, com anotações no diário de campo do pesquisador. Quanto à técnica de coleta de dados é utilizada a observação *in loco* com aplicação de entrevistas. A sua abordagem é quali-quantitativa e na análise dos dados é utilizado o método estatístico descritivo. Tem como universo da pesquisa a Associação de Pescadores de Camalaú-PB. Portanto, os sujeitos da pesquisa são os próprios associados da APESCA.

Esta pesquisa é justificada devido à linha de formação acadêmica que vem tomando o pesquisador e dos anseios pertencentes frente as suas vivências e experiências na região do Cariri paraibano, estas que o tornaram convicto da necessidade de haver uma rearticulação no processo produtivo agrícola que intimide as injustiças sociais e as disparidades econômicas predominantes na região há décadas; rearticulação esta, ressurgente a partir das práticas e concepções sobre Economia Solidária. Outra contribuição parte da premissa que existe uma visão fragmentada do que venha a ser a Agroecologia, como apenas um conjunto de técnicas ambientalmente corretas, que se propaga muitas vezes, inclusive no meio acadêmico e que não está amplamente condizente com os objetivos da sustentabilidade. Justifica-se ainda pela geração de maiores conhecimentos para a Academia a respeito da economia solidária e da agroecologia, além de propiciar aos associados e a população do cariri paraibano a inserção de novos saberes relacionados a esta nova economia que tem em seus pilares a sustentabilidade, a igualdade, a solidariedade e a união de todos em busca da melhoria social e econômica.

2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ASSOCIATIVISMO

Através do dito popular de que a união faz a força, percebe-se que perante a emergência e a consolidação do individualismo e de interesses privados, típico do sistema capitalista, amplia-se também a concepção de que é óbvia a necessidade da reunificação de pessoas para lutarem por objetivos em comum, que mesmo com a diferenciação social possam utilizar suas múltiplas habilidades e competências para buscar um bem comum: a auto-realização e a felicidade.

A prática secular das pessoas se unirem e interagirem por meio de associações, trás uma série de benefícios que estão em sintonia aos anseios da sociedade contemporânea de que cada vez mais diminuam-se as injustiças sociais e as disparidades de crescimento econômico entre os vários espaços geográficos. Inexoravelmente a humanidade tende a marcha da participação política e a desestabilidade do sistema político-econômico vigente, causando assim uma ruptura com a tirania que desestruturou historicamente a organização social.

Segundo Tocqueville (1998, *apud* GANANÇA, 2006), as formas de organização social institucional são instrumentos necessários ao fortalecimento da democracia, esta última, não limitada apenas a um regime político, e sim estendida ao tipo de sociedade e a toda sua estrutura.

Os socialistas utópicos *Proudhon, Fourier e Owen*, deram as bases teóricas ao movimento associativista. E embora impusessem uma crítica ao capitalismo, entendiam que havia a possibilidade do estabelecimento de um acordo entre as classes sociais. Em outras palavras, havia uma crítica ao capitalismo cujo enfrentamento era uma proposta de reforma social, no âmbito do próprio capitalismo. Um apaziguamento da exploração com a manutenção da lógica do modo de produção vigente, isto é, a mesma base econômica, as mesmas instituições e a mesma ideologia (GERMER, 2007).

Percebe-se perante alguns teóricos a exemplo de *Robert Owen*, que os movimentos associativista e cooperativista nascem no seio do Capitalismo, em consequência das lacunas deixadas por um sistema questionável e norteado pela exploração do trabalho. Desta forma, no ápice da Revolução Industrial, denunciavam-se o lado avassalador do capitalismo e fazem-se emergir estes movimentos, legitimando de dessa maneira, a participação cidadã por meio das demandas e pressões junto aos Estados modernos.

Em concordância ao que relata a história política e econômica global, percebe-se que o associativismo teve suas bases teóricas no Socialismo e ganhou força logo após a Revolução

Industrial do século XVIII, em consequência do ocorrido com a mecanização e substituição do trabalho manual. Tornou-se assim, uma alternativa aos problemas sociais emergentes, principalmente para a classe operária, que como mecanismos de resistência e de reivindicação se organizou coletivamente.

De acordo o Tocqueville (1998, *apud* GANANÇA, 2006), as associações são instrumentos para agregação de interesses comuns dos indivíduos, não servindo em momento algum para reivindicação do poder político. As associações, segundo o mesmo, criam nos indivíduos hábitos de colaboração, solidariedade e espírito público.

A Teoria tocquevilleana, nos faz perceber que a estabilidade de um governo democrático pode ser comprometida se a presença das associações civis for intimidada pelas políticas públicas, pois tais associações criam um espírito entre seus membros da co-responsabilidade, autodisciplina e colaboração; ambas necessárias ao desempenho de um poder descentralizado e de uma governança mais justa e igualitária.

Corroborando com a ideia, Ganança (2006) afirma que as associações poderiam ser consideradas como escolas de civismo, de convivência democrática, de colaboração e de aplanamento de posicionamentos mais radicalizados com relação à normalidade e à estabilidade social e cultural vigentes.

Ganança (2006, p. 9), ressalta que:

As associações seriam estruturas que evitariam a atomização da vida social, agregando interesses e educando o indivíduo para o convívio social. Nas associações, os indivíduos de uma mesma classe ou segmento social aprenderiam a expressar suas opiniões, ouvir o outro, construir sínteses e posições coletivas, planejar e realizar ações comuns. Não haveria grandes conflitos de interesse no interior de cada associação, tendo em vista que sua base associativa seria mais ou menos homogênea quanto à origem social, étnica e religiosa de seus membros.

As diferenças existentes entre os indivíduos que compõem uma associação são sinônimos de possibilidades de aprendizagem, pois a partir da interação entre estes sujeitos se constrói o conhecimento e o respeito, ambos necessários para se alcançar um objetivo comum.

O associativismo horizontal se distingue por congregar relações de igualdade, é fruto da confiança, de normas e de redes de solidariedade, é indutor de relações cívicas virtuosas, conduz a um elevado grau de engajamento cívico e auto-organização e, por conseguinte, provê melhores condições para a reconciliação entre estabilidade política e bom desempenho socioeconômico (PUTNAM, 1996).

As associações possuem um papel semelhante ao de algumas escolas, desenvolver o civismo e a convivência democrática entre seus membros, e ainda o de tentar romper com o

etnocentrismo enraizado em um sistema global que dissemina uma cultura consumista, excludente e dominadora e que repele as manifestações de grupos locais.

A dimensão associativa da ordem social é um tema de crescente relevância na discussão acadêmica, em particular com relação aos países de redemocratização recente – ou “neodemocracias”, como as rotulou Schmitter (1993), devido à revitalização da ação societária e à restauração das mediações entre Estado e sociedade.

De acordo com os seus princípios, as associações deveriam complementar as ações do Estado frente ao trabalho de promoção social e de assistência, quando na verdade, muitas delas tem na atividade comercial o seu principal objetivo, desconfigurando a essência do associativismo.

Desta forma, perante a institucionalização destas organizações sociais, faz-se necessário à detecção e caracterização destes empreendimentos, o entendimento sob várias óticas, quanto ao que venha ser realmente uma associação.

2.1.1 Conceitos de Associativismo

De acordo com Albuquerque (2006, *apud* SILVA, 2013), “associação é a pessoa jurídica criada com base na união de ideias e esforços de pessoas em torno de um propósito que não tenha finalidade lucrativa”. Portanto, o objetivo primordial das associações é o bem comum e coletivo, no intuito da melhoria da vida dos seus associados.

Ainda, comprovando o que fora dito anteriormente, para Rampaso (2010, *apud* SILVA 2013), “pode-se concluir que associação é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída por um conjunto de pessoas que consentem em reunir esforços para a consecução de um ideal comum, sem fins lucrativos”. Ou seja, a coletividade deste tipo de empreendimento visa a melhoria social, econômica e educacional das associações.

Institucionalizado ou não, os movimentos sociais vem ganhando força perante as decisões e norteamento da política econômica no país. Mesmo assim, a interação contínua e insipiente entre sociedade civil e Estado traz a tona sonhos redentores que se tornam muitas vezes utópicos antes mesmo de serem efetivados.

Segundo Panzutti (2000, *apud* ABRANTES, 2004), do ponto de vista jurídico e legal, o termo associativismo refere-se à integração de grupos de indivíduos, com os mais variados interesses comuns, não existindo obrigatoriamente relações econômicas e financeiras, sendo de qualquer natureza ou qualquer número de associados.

De acordo com Silva (2013), para a criação de associações é necessário que duas ou mais pessoas tenham vontade própria, que tenham forma disciplinada para executar a lei, ser um agente capaz e determinável nos desafios a serem enfrentados. Também há um instrumento importante, que é o estatuto social, o qual mostra as regras específicas, suas finalidades, atribuições de responsabilidades, os direitos e deveres dos associados, entre outros. Então, todos os associados devem respeitar e obedecer ao estatuto para evitar aborrecimentos entre eles, ou serem excluídos da associação.

Alguns autores caracterizam como fazendo parte do associativismo brasileiro, os sindicatos, partidos políticos, cooperativas e grupos informais. Segundo Ganança (2006) referindo-se ao Código Civil e a Lei de Registros Públicos, a figura associativa é definida como uma pessoa jurídica de direito privado, institucionalizada, devidamente registrada nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas, constituídas livremente pela união de pessoas em torno de uma finalidade não econômica ou não lucrativa. É uma figura jurídica específica, com certos contornos e configurações conferidas pela legislação.

As associações caracterizam-se desta maneira legalmente perante alguns aspectos peculiares, como: não são integrantes do aparelho do Estado, não distribuem eventuais excedentes entre sócios e dirigentes, é legalmente constituída, é capaz de administrar suas próprias atividades e são voluntárias.

Embora existam vários conceitos de associativismo e cooperativismo, existem interpretações equivocadas quanto às individualidades de cada uma e as suas similaridades existem características como: número de componentes, finalidades econômicas, processos burocráticos de legalização, custos de fundação e responsabilidades para com os membros; são as incógnitas existentes diante da necessidade de discernir a respeito. De acordo com o Cadastro Central de Empresas (Cempre) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apesar de serem figuras jurídicas diversas, podem ser confundidas as associações com cooperativas ou sindicatos.

De acordo com Ganança (2006), o Novo Código Civil brasileiro em sua Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, define claramente a diferença entre associações, fundações e sociedades, pois esta definição era antes inexistente quanto às sociedades civis com finalidade lucrativa e as associações sem finalidade lucrativa.

Neste contexto, o quadro 01 traz a comparação entre cooperativas e associações.

Quadro 01:

QUADRO COMPARATIVO ENTRE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES

	COOPERATIVA	ASSOCIAÇÃO
Definição	Sociedade simples de fins econômicos.	União de pessoas sem fins econômicos.
Amparo legal	Código Civil e Lei nº 5.764, de 16-12-1971.	Código Civil.
Objetivos	Prestar serviços, assistência técnica, cultural e educativa aos cooperados, bem como promover a venda e a compra em comum.	Prestar serviços, assistência técnica, cultural e educativa aos associados, bem como promover a defesa de seus interesses.
Nº mínimo de pessoas para constituição	Recomenda-se mais do que 20 (vinte) pessoas que exerçam atividades afins.	Não existe um número mínimo legal.
Área de ação	Limitada em relação ao controle de operações e reuniões.	Não há limitações.
Formação do capital	Através das quotas-partes dos cooperados.	Não há formação de capital.
Receita	Taxas de serviço sobre as operações dos cooperados.	Contribuições dos associados, doações, legados, subvenções e taxas de serviço.
Comercialização	É feita diretamente pela cooperativa.	É feita diretamente pelos associados, assessorados pela associação.
Registro	Junta Comercial, Receita Federal, Prefeitura Municipal, INSS, Posto Fiscal, entre outros.	Cartório Civil de Títulos e Documentos, Receita Federal, Prefeitura Municipal, INSS, Posto Fiscal (quando for o caso), entre outros.
Dissolução e/ou extinção da pessoa jurídica	Deliberação em Assembléia Geral. O saldo do patrimônio reverterá ao Banco do Brasil.	Deliberação em Assembléia Geral. O saldo do patrimônio reverterá às instituições congêneres.

Fonte: Instituto de Cooperativismo e Associativismo (ICA)

O quadro apresentado explicita as diferenças existentes entre o associativismo e cooperativismo. Portanto, faz-se necessário esta diferenciação, pois segundo Arantes (2004), na legislação para organização, legalização e funcionamento de uma associação torna-se mais simples do que para constituir uma cooperativa. Desta forma, na prática, contrariando a lei, ainda que realizem atividades comerciais, inclusive distribuindo os resultados financeiros entre os associados, as associações de produtores, em geral, conseguem se registrar como sociedades civis sem fins lucrativos.

Com isso, para que o ato de criação da associação seja legalizado, o mesmo deve ir a registro público, no intuito de haver publicidade da sua existência, e ainda, identificar e divulgar quais são os seus ou as suas dirigentes. A associação só poderá ser dissolvida por decisão judicial, se ela não estiver em conformidade com a Lei ou com seus objetivos ou se através da Assembleia Geral for assim estabelecido.

Para entender estas transformações de entendimento legal acerca dos conceitos em torno do que venha a ser uma associação, principalmente no Brasil, remete-se a um levantamento histórico do processo de consolidação do associativismo no nosso país.

2.1.2 Associativismo no Brasil

Segundo Luz Filho (1961, *apud* ABRANTES, 2004), em 1610, com a chegada dos jesuítas, deu-se início à ideia de uma forma associativa de produção agrícola, já comum entre os índios brasileiros. Por quase 200 (duzentos) anos este sistema prevaleceu, baseado no trabalho solidário e coletivo, e fundamentado pela ética religiosa e no mutualismo praticado pelos portugueses e transposto para o Brasil. A ideia colonialista e o reacionarismo puseram fim a estas primeiras experiências associativistas.

Foi a partir da transição entre os séculos XIX e XX com a chegada dos imigrantes europeus que se restituiu o movimento cooperativista em maior escala na região sul e sudeste do país, frente às experiências vividas pelos mesmos no pós-revolução industrial. Problemas decorrentes das necessidades de crédito e de consumo impulsionaram a criação de organizações comunitárias no intuito de buscar seu próprio desenvolvimento.

Segundo Monte (2013), podemos citar a Cooperativa de Crédito Agrícola, fundada em Dezembro de 1902, denominada Caixa Econômica e Empréstimos *Amstad*, como exemplos destes primeiros empreendimentos, por imigrantes alemãs na Vila Imperial, hoje Nova Petrópolis-Rio Grande do Sul. Em 1908, os descendentes e imigrantes italianos fundaram a Cooperativa Agrícola de Rio Maior (Cooperprima), no Município de Urussunga em Santa Catarina.

Ainda de acordo com Ganança (2006), ocorreram várias inovações institucionais no Brasil a partir da constituição de 1988, resultado de um longo processo de mobilização e de luta social, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, as quais estabeleceram um novo papel político às associações e as outras formas de organizações da sociedade civil na democracia brasileira, a partir de uma concepção democrática e participativa.

A carta constitucional foi resultante, dentre outros vários aspectos, da articulação e mobilização das associações, sindicatos e movimentos sociais por meio dos impactos políticos e sociais que estes(as) causaram. Sendo um dos eixos centrais destes segmentos de organização civil, a luta pela redemocratização do Estado brasileiro.

Parafraseando Ganança (2006), a carta constitucional de 1988, entre outros avanços democráticos, reconheceu novas atribuições para as associações civis dentro do sistema político brasileiro, destacando o seu papel protagonista no exercício do controle social e na influência das políticas sociais em todos os níveis da Federação.

Perceber, a bem da verdade, qual tipo de associativismo desenvolveu-se em um país marcado pelas estruturas de dominação como o patrimonialismo, o patriarcalismo e o

escravismo, faz nos reportar principalmente no pretérito aos 30 (trinta) últimos anos que se transcorreram afim de, observar se as profundas mudanças pelas quais a sociedade e o Estado brasileiro passaram.

Segundo Nogueira (2004, *apud* GANANÇA, 2006), a reforma do Estado promovida a partir da década de 1990 promoveu e apropriou-se do discurso democrático e de ideias como descentralização, participação, cidadania e sociedade civil, ressignificando-as a partir de uma concepção despolitizada, neutra e aparentemente vazia de intenções ideológicas (...).

Nos últimos anos, notoriamente o associativismo tem crescido principalmente no âmbito da produção rural e na região Nordeste, razão pela qual, relevantemente deve-se destacar o crescimento do associativismo produtivo no Brasil e as influências e intenções por parte das atuais políticas públicas.

2.2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA

As discussões sobre economia solidária acentuam-se na atualidade em consequência da diversidade de empreendimentos solidários espalhados em todos os espaços geográficos. Estas são decorrentes das profundas transformações que vêm ocorrendo no mercado de trabalho.

Vários teóricos divergem quanto ao período que remota o surgimento da Economia Solidária: se nas experiências britânicas do início do Século XIX inspiradas por *Richard Owen*, se no final dos anos de 1960 com a crise cultural e econômica que marcou esta época defendida por *Chanial e Laville*, ou se tais experimentos sempre ressurgem a cada momento de crise mundial e depois desaparecem em decorrência do contexto capitalista (LEITE, 2008).

Notadamente, a Economia Solidária está relacionada intrinsecamente com as legítimas e históricas lutas reivindicatórias dos trabalhadores, através do movimento de cooperativismo em desacordo com ao avanço avassalador do Capitalismo Industrial.

Por meio das crises advindas da relação capitalista de trabalho, que se caracterizou pela informalidade, precarização e desemprego, ressurgem então uma necessidade de alternativas de geração de renda por parte dos trabalhadores, que passaram a se organizar através das cooperativas de produção e consumo, de associações de produtores, de redes de produção, de consumo e de comercialização, de instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, de empresas de autogestão, entre outras formas de organização.

No entanto, faz-se necessário perante a problemática discutida, analisar, embora que brevemente, os conceitos e relatos históricos pertencentes à Economia Solidária.

2.2.1 Breve histórico e conceituação

A história da economia solidária está enraizada na primeira metade do século XIX, no continente Europeu, período da Revolução Industrial. Alguns pensadores como *Claude Saint-Simon*, *Charles Fourier*, *Pierre Proudhon* e *Robert Owen*, tidos como socialistas utópicos, buscaram alternativas que transcendessem os efeitos excludentes do liberalismo econômico, criando modelos de sociedade mutualista, cooperativista e solidária.

Embora não tenham apresentado uma formulação objetiva de como transformar a sociedade, o que lhes rendeu a denominação por parte de Karl Marx, de socialistas utópicos. São eles: *Claude Saint-Simon* (1760-1825), *Charles Fourier* (1772-1873), *Pierre Proudhon* (1908-1865) e *Robert Owen* (1773-1858) (SANTOS, 2005; CAMARGO PEREIRA, 2006).

De acordo com Singer (2002), os ensaios de Economia Solidária surgem por meio da classe operária no início do capitalismo industrial, os quais são decorrentes dos problemas socioeconômicos que se impulsionaram com o advento das máquinas industriais que aos poucos substituíram a mão de obra humana no início do século XIX.

Com a organização trabalhista por meio de cooperativas, inicia-se uma luta contra a precarização do trabalho e contra a exploração do trabalhador, buscando na classe operária resgatar os princípios norteadores do que viria a se chamar de economia solidária, dentre eles: democracia, autogestão, igualdade e autonomia.

Assim, percebe-se que durante o decorrer da história sempre houve formas econômicas baseadas no princípio de solidariedade em todas as sociedades. Noëlle Lechat (2006, *apud* Adams, 2010), afirma que os empreendimentos sociais surgem sempre por consequência das grandes crises socioeconômicas.

Os conceitos da Economia Solidária estão em construção, sendo estes, ampliado ou resumido de um país para outro. No entanto, estes conceitos estão sustentados em práticas de ajuda mútua e autogestão. Nos países da América Latina a concepção mais comum é que este tipo de economia esteja relacionada à movimentação dos setores populares à crise do mundo do trabalho, adjetivando-se por alguns autores ou sendo inserida por outros na economia do trabalho, economia popular e economia popular solidária.

Entende-se que a Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver com qualidade, sem precisar explorar pessoas e

sem buscar apenas o lucro, pensando sempre no coletivo e no fortalecimento do trabalho em grupo.

Para Laville (1994), a Economia Solidária é um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas, cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Ela ainda se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional.

Ultimamente, os empreendimentos solidários vêm ampliando sua área de atuação frente às injustiças sociais, como alternativa de geração de trabalho e renda. Embora que em muitas localidades seus ensaios sejam embrionários, seus resultados são significativos e emergenciais, de tal forma, que estes empreendimentos realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Segundo Singer (1998), a Economia Solidária apresenta-se como parte de um projeto maior de transformação social, e não como uma simples política econômica compensatória num mundo em crise do trabalho.

Adams (2010) referencia o termo utilizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) para conceituar a Economia Solidária

As associações são organizações (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, etc.), suprafamiliares, cujos sócios são trabalhadores urbanos rurais. Os que trabalham no empreendimento são, na sua quase totalidade, proprietários ou coproprietários, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados.

Portanto, a Economia Solidária possui uma lógica reversa a do capitalismo, pois os resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados indistintamente pelos participantes de seus empreendimentos. Esta ainda expande o entendimento de sustentabilidade a geração de trabalho e distribuição de renda, sobretudo com um crescimento econômico ambientalmente responsável.

De acordo com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizadas sob a forma de autogestão. Considerando essa concepção, as suas características são:

- a. **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas, etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.
- b. **Autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.
- c. **Dimensão Econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.
- d. **Solidariedade:** o caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Contudo, é importante perceber os caminhos trilhados por este movimento em um país como o Brasil, que desde a sua época de colônia portuguesa passou por uma série de transformações no contexto das relações trabalhistas e que hoje sinaliza, inclusive em suas políticas públicas, reencontros dentre suas práticas econômicas com a Economia Solidária, ao que tudo indica a partir do final do século XX, em consequência das formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho.

2.2.2 Economia Solidária no Brasil

Para encontrar as origens da economia solidária no Brasil podemos partir do quadro das condições socioeconômicas e políticas das últimas décadas, podemos falar dos embates da sociedade civil frente à crise e ao desemprego estrutural, do terreno onde vão brotar as experiências de Economia Solidária ou podemos fazer o caminho no sentido contrário; partir do que temos hoje no campo da economia solidária e voltar ao passado para ver em que condições, onde, por que e como os passos iniciais foram dados (LECHAT, 2001).

Embora as práticas e concepções sobre a Economia Solidária estejam sendo implantadas e discutidas a poucas décadas no Brasil, o seu crescimento torna-se relevante, pois diferentemente das disparidades regionais realçadas do passado, os empreendimentos solidários vão se estabelecendo de forma indistinta por todo o país.

No entanto, de acordo com o processo de ocupação e produção do país, percebe-se que estas práticas surgem com mais força nas regiões Sul e Sudeste como consequência das lutas operárias nas primeiras indústrias urbanas nacionais e nos movimentos de agricultores familiares, que em sua maior parte, eram imigrantes europeus que tinham dentre suas práticas remanescentes o trabalho associativo.

O termo Economia Solidária apareceu no Brasil pela primeira vez na década de 1990, cunhado por Paul Singer, economista, doutor em sociologia, sendo uma das personalidades mais carismáticas do movimento da Economia Solidária e atual Secretário Nacional de Economia Solidária (MOTTA, 2004).

De acordo com relatório produzido na II Conferência Nacional de Economia Solidária, nos anos 1990, a Economia Solidária se espalhou pelas metrópoles e firmou-se nas áreas rurais em que os trabalhadores sem terra lograram conquistar assentamentos de reforma agrária. Mas, foi só na primeira década do século XXI, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Secretaria Nacional de Economia Solidária que a Economia Solidária alcançou todos os estados da federação, passando a englobar em maior medida as populações tradicionais, com maior presença nas regiões Norte e Centro Oeste².

O crescimento de empreendimentos econômico-solidários no contexto brasileiro se deve a vários fatores, entre os quais vale destacar: a resistência dos trabalhadores à crescente exclusão, desemprego urbano e a desocupação rural resultantes da expansão agressiva dos efeitos negativos da globalização da produção capitalista (SINGER, 2002).

² Disponível em: < <http://portal.mte.gov.br> >.

Conforme a Revista Econômica do Nordeste, no Brasil, observa-se uma multiplicação de empreendimentos de Economia Solidária desde os anos 1990, embora somente a partir de 2005 existam dados oficiais sobre o número e as características dos empreendimentos catalogados. Atualmente, os empreendimentos solidários aproximam-se dos 22 mil no Brasil, com a seguinte distribuição regional (BRASIL, 2008): Nordeste (43,45%), Sudeste (17,90%), Sul (16,39%), Norte (12,15%) e Centro Oeste (10,11%)³.

No Brasil, a Economia Solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc. Atualmente, a Economia Solidária tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de Economia Solidária) em todo o território brasileiro. Foram fortalecidas ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e foram criadas novas organizações de abrangência nacional⁴.

2.2.3 Princípios da Economia Solidária

Para Silva (2010), a empresa solidária se compõe das empresas que praticam os princípios do cooperativismo e da autogestão em vários graus de utilização, onde os trabalhadores são vistos como parte de um processo agregador de valor as mercadorias. Vê-se que a exploração do trabalho não é utilizada nesta empresa e que o trabalho é visto como forma de integridade e de amadurecimento humano e profissional, que proporciona bem estar social.

Percebe-se que os princípios da Economia Solidária estão, em sua base, pautados nos princípios do cooperativismo concebido pelos pioneiros de Rochdale, operários desempregados que em 1844 fundaram na Inglaterra a *Rochdale Society of Equitable Pioneers*, uma cooperativa de consumo. A Economia Solidária ainda está de acordo com o que rege a sustentabilidade, esta última, abrangente as questões econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais.

³ Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>.

⁴ Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/as-origens-recentes-da-economia-solidaria-no-brasil.htm>>.

Conforme explicitado na Revista Econômica do Nordeste, os princípios por eles definidos estão presentes no discurso e no estatuto das sociedades cooperativas até os dias atuais, embora somente as verdadeiras sociedades cooperativas sejam efetivamente regidas por eles. São os seguintes os princípios do cooperativismo: 1) adesão voluntária e livre; 2) gestão democrática pelos sócios; 3) participação econômica dos membros (propriedade dos meios de produção coletiva, acesso igualitário à distribuição das sobras, juros limitados ao capital, aplicação dos excedentes de acordo com decisão em assembleia; 4) educação, formação, informação; 5) intercooperação; 6) autonomia e independência; 7) interesse pela comunidade (desenvolvimento de políticas locais pelas próprias cooperativas em benefício dos membros da comunidade na qual estão inseridos).⁵

Embora algumas destas cooperativas tenham perdido ao longo da história boa parte da essência contida nestes primeiros princípios instituídos, emerge a Economia Solidária como sendo um resgate a e se caracterizando como um movimento cooperativista renovado.

Arroyo e Schuch (2006, *apud* PEREIRA, 2013), salientam que a Economia Solidária está fundamentada nos seguintes princípios, apontando que o caminho do desenvolvimento sustentável está integrado a melhor qualidade de vida:

- Valorização social no trabalho humano: consiste nas atividades econômicas exercidas pelo homem uma maior valorização e respeito a sua força no trabalho;
- Desenvolvimento integrado e sustentável na sociedade: o objetivo é o intercâmbio homem/natureza;
- Busca dos valores do associativismo, do cooperativismo, do mutualismo e da solidariedade: visa uma forma de criar uma sociedade humanizadora e eficaz para todos;
- O trabalho como valor central na Economia solidária: o saber (a coleta de informação para geração de conhecimento), a criatividade humana que é fruto do trabalho e do processo de geração de conhecimento;
- O ser humano sujeito à finalidade da atividade econômica: não gerador de riquezas;
- Buscar a unidade entre produção e reprodução: evitando contradições do capitalismo;
- Buscar a solidariedade dos povos dos hemisférios Norte e Sul: objetivando o aumento de qualidade de vida para todos;
- Geração de trabalho e renda: visa combater a exclusão social e a eliminação das desigualdades materiais.

⁵ Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1153>.

O conceito de Economia Solidária no Brasil vem sendo amadurecido através de um diálogo entre as mais diversas interpretações, mesmo assim, os seus princípios norteadores são transversais a estas diferentes visões.

Todavia, existem impressões limitadas e/ou equivocadas quanto ao que venha ser a Economia Solidária, sendo produzida pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária uma carta de orientações explicitada a seguir (FBES, 2003), informando sobre o que não se entende por Economia Solidária.

- A Economia Solidária não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal.
- A Economia Solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual.
- A Economia Solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza as custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul.
- A Economia Solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de autoregular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais.
- A Economia Solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital.
- A Economia Solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista.
- A Economia Solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.
- A Economia Solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança.

- A Economia Solidária contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica.

2.2.4 Relações entre a Economia Solidária e a Agroecologia

Para Caporal (2009), o entendimento quanto ao que venha ser a Agroecologia tem sido afetado diante do reducionismo terminológico a qual tem sido submetida, inclusive por vários autores, mascarando a sua potencialidade para apoiar processos de desenvolvimento rural mais sustentável.

Analisar o envolvimento próximo existente entre a Economia Solidária e a Agroecologia, não parte do equívoco de conceituar esta segunda apenas como um tipo de agricultura socialmente justa, um movimento social ou uma agricultura não excludente.

Portanto, torna-se perceptível a complexidade epistemológica do termo Agroecologia, assim como as ampliações ou reduções por parte dos autores quando conceituam a Economia Solidária. Entretanto, é necessário pesquisar, analisar e entender as convergências existentes entre a Economia Solidária e a Agroecologia, principalmente em um país como o Brasil que possui tais articulações recentes.

Segundo Sevilla Guzmán e Ottmann (2004), os elementos centrais da Agroecologia podem ser agrupados em três dimensões: a) ecológica e técnico-agronômica; b) socioeconômica e cultural; e c) sócio-política.

De tal maneira, conforme estes elementos se entrecruzam surgem múltiplas possibilidades de, sob a ótica holística, interpretar as mais diversas realidades existentes e estabelecer para estas, estratégias mais sustentáveis para o desenvolvimento rural.

Segundo Caporal (2009), a ciência agroecológica é composta de conhecimentos inter, multi e transdisciplinares nas áreas da Física, Economia, Ecologia, Política, Agronomia, Educação, Comunicação, Antropologia, Sociologia, etc.

Partindo desta premissa, faz-se entender a necessidade dos conhecimentos agroecológicos para consolidação das práticas de Economia Solidária, estas que, na maior parte das vezes está ligada às atividades do campo.

De uma forma geral, a Agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura mais sustentável (CAPORAL e COSTABEBER, 2000).

Assim, a relação entre homem/meio ambiente se tornou tão próxima e interferente, que se torna impossível o entendimento social sem o entendimento biológico das relações de produção, fator pelo qual, caracterizamos os espaços (antes naturais) como sendo geográficos, culturais ou artificializados. Portanto, possibilitar uma transformação socioeconômica é antes de tudo, rever a interação existente entre o homem e a natureza, esta, degradante e excludente, de visão cartesiana e que está mais comprometida com o crescimento econômico do que com o desenvolvimento.

De acordo com Altieri e Nicholls (2003) as questões ambientais e tecnológicas são insuficientes para disseminação de uma produção com bases agroecológicas. As concepções quanto a Agroecologia devem ampliar-se para que alternativas agroecológicas sejam adotadas, de modo equitativo e acessível, e multiplicadas de maneira que seu benefício para a segurança alimentar sustentável seja realizado.

Por conseguinte, existem uma proximidade entre as relações sociais e as relações de produção que se estabelecem nos mais diferentes espaços. Logo, o sistema de produção agroecológico gera também relações sociais e econômicas mais equânimes, proporcionando produção e um sistema de distribuição de produção e renda.

Convergindo ao que afirma Schmitt (2010), percebe-se que as experiências advindas dos empreendimentos solidários e da agricultura familiar que estão correspondentes às práticas e manejos agroecológicos possuem estratégias criativas de mobilização de recursos, capacidades e vínculos, na produção de novas formas de trabalho e de relação da atividade agrícola com os ecossistemas locais.

Desta forma, esta junção possibilita a sobrevivência de milhares de trabalhadores reféns da exploração típica da economia capitalista, caracterizados pelos impasses no mundo contemporâneo no que diz respeito ao convívio social dispare e a desarmonia na relação com o meio ambiente. Busca-se de tal maneira restaurar a ideia de trabalho enquanto auto realização e não como sinônimo de submissão e exploração, e ainda, que este não venha a comprometer o crescimento e o desenvolvimento de geração futura que podem encontrar um mundo cada vez mais devastado peça ação humana.

3. METODOLOGIA

A ciência é feita quando o pesquisador aborda os fenômenos aplicando recursos técnicos, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos para a sua

pesquisa (SEVERINO, 2007). Desta forma, perante a necessidade de se trabalhar o objeto de estudo, deve haver um plano de trabalho norteado por um método científico e pressupostos teóricos que busquem a ótica quanto à percepção da situação problemática que se queira trabalhar.

Assim, faz-se necessário a caracterização geográfica do local da pesquisa.

3.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de uma análise feita na Associação de Pescadores do município de Camalaú-PB em agosto e setembro de 2013. Os estudos analíticos feitos acerca do objeto em discussão foram realizados em seu meio ambiente próprio, e o objetivo da pesquisa é de natureza descritiva e exploratória, utilizando a pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo, com anotações no diário de campo do pesquisador (Ver estatuto social – apêndice 3).

A pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestações desse objeto (SEVERINO, 2007. p. 123). Estas informações foram adquiridas diante de breve convivência em meio ao espaço e aos sujeitos em estudo, afim de, se buscar um melhor entendimento quando na observação, análise e comparação entre o que foi observado, os resultados obtidos com o questionário e as entrevistas, e o levantamento bibliográfico.

Os fundamentos epistemológicos da pesquisa foram quali-quantitativos, onde por meio destes, possibilitou-se a análise acerca da realidade a ser investigada de forma mais lúcida e complementar possível.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados foram utilizados a observação *in loco*, entrevista e um tipo de questionário com (06) questões objetivas abertas, (14) questões fechadas e (06) questões mistas.

Quanto à análise dos dados, objetivou-se uma melhor apresentação dos resultados por meio de tabelas, utilizando-se o método estatístico descritivo.

3.2 LOCAL DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada no Município de Camalaú no semiárido nordestino, especificamente no estado da Paraíba, em sua mesorregião da Borborema e microrregião do Cariri Ocidental, distante a 331,7 Km (trezentos e trinta e um quilômetros e setecentos metros) da capital João Pessoa. Segundo o último censo demográfico feito pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, o município de Camalaú/PB possui 5749 (cinco mil, setecentos e quarenta e nove) habitantes.

A sede do município tem uma altitude aproximada de 521 metros. Seu acesso é feito, a partir de João Pessoa, pelas rodovias BR 230/BR 412/PB 224. Está inserido nas folhas SUDENE de Sumé e Pesqueira.²

Camalaú limita-se ao Sudeste com o estado de Pernambuco, ao Sul com o município de São João do Tigre (22 km), ao Sudoeste com o município de São Sebastião do Umbuzeiro (37 km), a Oeste com o município de Monteiro (35 km), a Norte com o município de Sumé (26 km) e ao Leste com o município do Congo (20 km). Sua distância até a capital é de 331,7 km (SUDEMA, 2008 *apud*, FARIAS, 2009).

De acordo com o IBGE a população estimada para 2013 é de 5.917 habitantes, sua área territorial é de 543,688 Km² e sua densidade demográfica é de 10, 57 hab/Km².³

O município ganha notoriedade na região frente ao seu potencial hídrico (ver figura 1), tendo em sua área dois dos maiores reservatórios hídricos do cariri ocidental: o açude “Zé Tourinho” e o açude “Cordeiro” com dois grandes rios, sendo eles: Rio do Espinho e Rio do Meio.

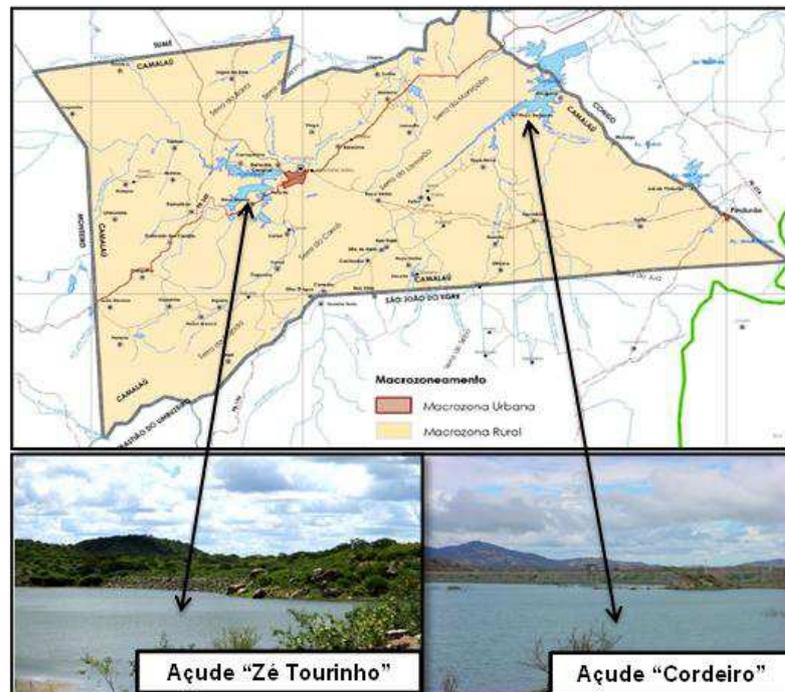


Figura 1: Zoneamento e Rede Hidrográfica do município de Camalaú-PB

Fonte: CMT Engenharia, 2012.

⁶ Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/paraiba/relatorios/CAMA049.pdf>>.

⁷ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=250390>>

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA E AMOSTRA

A amostra ocorreu na APESCA em Camalaú/PB com a Presidenta, a Sr^a Maria de Fátima e com os associados, onde diante de um universo de 71 associados foram escolhidos 21 aleatoriamente, ou seja, cerca de 30% do total de associados. Conforme Vergara (2007, *apud* LEITE, 2013), a população de uma pesquisa é representada por vários fatores que possuem características comuns, ou seja, características que representam os objetos de estudo.

3.4 HISTÓRICO DA APESCA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Associação de Pescadores de Camalaú (APESCA), foi criada em 21 de abril de 2001 na cidade de Camalaú, na Microrregião do Cariri Ocidental paraibano. Inicialmente, foram associados centenas de pessoas, porém boa parte destas não se caracterizava como pescadores. Seu primeiro presidente foi o então vereador José Paulo Barbosa.

Diante do exposto pela atual presidenta da APESCA, a senhora Maria de Fátima Mota Barbosa e de seu esposo, ex-presidente, o senhor José de Deus Barbosa, a história da APESCA é composta por vários fatos com interferência de cunho político-partidário que por anos, trouxeram uma série de retardos ao desenvolvimento da presente associação.

Para Tocqueville (1998, *apud* GANANÇA, 2006), as associações não devem servir em momento algum para reivindicação do poder político, mas devem sim, criar nos indivíduos o espírito público. Segundo a atual presidenta, boa parte dos agentes políticos envolvidos nas contestações, no período em que se discutiu a consolidação da associação, sequer tinham algum vínculo ou relação com a atividade pesqueira, salvo inicialmente, o então vereador José Paulo Barbosa, primeiro presidente.

Inicialmente, a precarização do trabalho pesqueiro, a deficiência de políticas públicas de cobertura aos pescadores e a baixa confiabilidade perante os órgãos credores dificultaram a implantação das atividades da APESCA. Foi a partir das mudanças estruturais das políticas públicas nacionais, que segundo o ex-presidente da APESCA, deu-se um estímulo às atividades da APESCA com a criação da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca, que antes eram desacreditadas e desassistidas pelo poder público local.

A criação do Ministério foi resultado de um esforço conjunto, entre poder público e sociedade civil. O marco inicial, no entanto, se deu no dia 1º de janeiro de 2003, quando o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 103 (hoje Lei nº 10.683) que criava a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP/PR). O órgão federal, ligado à Presidência

da República, ficou responsável por fomentar e desenvolver políticas voltadas ao setor pesqueiro no conjunto de seus anseios. Tinha como um dos objetivos buscar um compromisso com a sustentabilidade ambiental no uso dos recursos pesqueiros por meio de políticas de gestão e ordenamento do setor pesqueiro.⁸

Segundo o apurado perante entrevistas, um dos maiores problemas iniciais foi à falta de consciência ambiental por parte dos pescadores, onde na época não era respeitado o período de defeso, mais conhecido como período da “piracema”. Em referência ao presente momento, 79,5% dos associados questionados afirmaram que assuntos ligados à saúde ocupacional e ambiental são discutidos nas reuniões da APESCA.

Entre o período de outubro a fevereiro, diversas espécies continentais entram no período de defeso. O defeso é uma medida que visa proteger os organismos aquáticos durante as fases mais críticas de seus ciclos de vida, como a época de sua reprodução ou ainda de seu maior crescimento. Dessa forma, o período de defeso favorece a sustentabilidade do uso dos estoques pesqueiros e evita a pesca quando os peixes estão mais vulneráveis à captura, por estarem reunidos em cardumes.⁹

Hoje a associação por meio de parceria com a Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas – EMPASA, repõe a quantidade de peixes retirados do açude “Zé Tourinho” em Camalaú-PB, com a introdução de alevinos, na ânsia de se buscar a sustentabilidade de sua produção. Ainda, por ser a ração utilizada nos tanques de produção um produto industrializado e oneroso aos associados, uma das ações que estão sendo implantadas é o de integrar a produção de peixes a produção de hortaliças orgânicas, aumentando a rentabilidade dos pescadores e proporcionando uma alternativa de ração economicamente viável.

A piscicultura orgânica é a criação de peixes com alimentos naturais, por exemplo: plâncton, nécton, bentos ou vegetais, ou com ração "orgânica", utilizando preferencialmente alevinos ou pós-larvas de cultivos "orgânicos". A normatização da atividade está inserida na Lei nº 10.831/03 e Instrução Normativa nº16/04 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Segundo documentos, esse tipo de produção deve conservar o ambiente e proteger os consumidores, proibindo-se o uso de terapêuticos sintéticos, produtos químicos e organismos geneticamente modificados.¹⁰

⁸ Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/ministeriomp/historico1>>.

⁹ Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/periodos-de-defeso/defeso-continental>>.

¹⁰ Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/piscicultura_organica.pdf>.

Tais práticas estão condizentes com o explicitado por Arroyo e Schuch (2006, *apud* Pereira, 2013), referente à busca por um desenvolvimento integrado e sustentável na sociedade, objetivando o intercâmbio homem/natureza como sendo um dos princípios fundamentos da Economia Solidária.

Como estrutura organizacional de apoio a APESCA, foi criada em 22 de Abril de 2004 a Colônia de Pescadores e Aquicultores “Paulino Pereira de Araújo” (COPESCA) com vários objetivos, dentre eles, o de promover, organizar, participar e incentivar a organização dos pescadores com a finalidade de desenvolver a atividade pesqueira. Criada com o intuito de estimular o desenvolvimento de cunho associativo entre os sócios e colaborar com o crescimento das atividades pesqueiras e de artesanato da região, hoje a colônia atua com qualificação dos pescadores/criadores do peixe, beneficiamento do pescado e artesanato pelo grupo de mulheres da comunidade.



FOTOS 01 e 02: Produção em tanques-redes da APESCA.

Fonte: Karabina produções, Set/2013.

Com o passar dos anos, por meio da associação APESCA e da colônia de pescadores COPESCA houveram várias parcerias que foram e estão sendo firmadas com vários benefícios aos pescadores: Ministério da Pesca (assistência aos pescadores e famílias), Seguro Desemprego, Carteira Profissional do Pescador, SEAP-PB, PAQTC-PB e CONAB (compra com doação simultânea do Programa Fome Zero, Feira do Peixe e Peixe Vivo), Bancos do Nordeste do Brasil (Financiamento PRONAF - B e C da pesca), Bancos do Brasil (Financiamento PRONAF-E da pesca em tranque-rede), Caixa Econômica Federal (Programa de moradias), Marinha do Brasil, MEC e SESI (Alfabetização de jovem e adulto, Programa

Pescando Letras), UFPB, SEBRAE, UFCG, SENAR, Governos Estadual e Municipal, entre tantos outros parceiros; todos na ânsia de consolidar cada vez mais a cultura do pescado na região, gerando emprego, renda e, sobretudo cidadania.

3.5 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Durante a coleta de dados foi elaborado um questionário dividido em 02 (dois) blocos: o primeiro com questões fechadas e o segundo com questões abertas e mistas, com o intuito de se construir um perfil destes associados e de caracterizar a associação em seus múltiplos aspectos de acordo com as suas concepções. O questionário foi composto por 30 (trinta) questões.

De acordo com Gil (1999), o questionário é uma técnica de investigação composta por um número de questões mais ou menos elevado apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.

A coleta de dados foi realizada na primeira quinzena do mês de setembro de 2013, após reunião extraordinária da associação sem estabelecer aviso prévio do trabalho que seria executado.

3.6 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

Posterior à aplicação do questionário, executou-se a análise dos dados, utilizando-se o método estatístico descritivo. A referida análise vislumbrou os indicadores de solidarismo internos e externos, a caracterização dos seus componentes como atores participantes e/ou participativos no processo administrativo e político, a eficiência e a viabilidade sócio-econômico-ambiental do empreendimento.

Para examinar os questionários, se trabalhou as questões fechadas de forma quantitativa e as abertas de forma qualitativa. Sendo que, a representação das fechadas foi feita por meio de tabelas discutidas e a das abertas foi feito apenas comparação e relato dos resultados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente análise fez uso dos dados quantitativos e qualitativos provenientes dos questionários e entrevistas, ambos realizados com os associados, presidenta e ex-presidente da associação e se discutiu os seus respectivos resultados perante os objetivos propostos.

A atual presidenta foi eleita no dia 21 de abril de 2012 e hoje além de presidir a associação também lidera o grupo de mulheres que trabalham com a Traíra desfiada, sendo ainda servidora pública municipal, atuando como enfermeira. É esposa e cunhada de dois ex-presidentes da associação.

Analisando o perfil dos associados questionados, detectou-se a forte presença do gênero feminino com cerca de 45% dos associados (Gráfico 01), em uma atividade caracterizada historicamente como sendo masculina, condizendo ao estabelecido no artigo quinto do Estatuto Social da APESCA. (Ver Anexo A).

Gráfico 01- Gênero dos participantes da pesquisa (%)



Fonte: Dados referente a pesquisa, 2013.

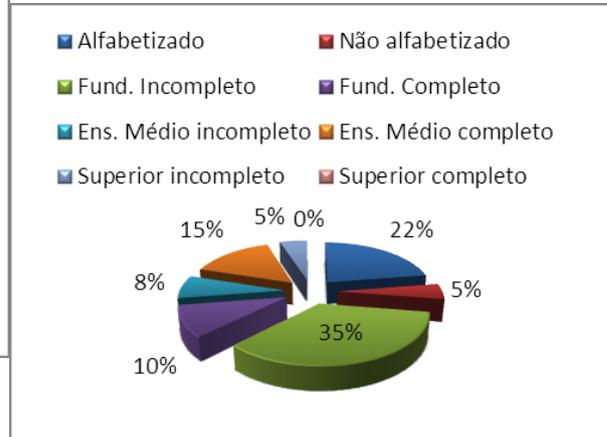
Quanto aos associados questionados, maior parte destes, está na associação há mais de quatro anos, tem idade entre 41 a 50 anos, e cursaram parcialmente o ensino fundamental. (Gráficos 02 e 03)).

Gráfico 04- Tempo de participação na APESCA (%)



Fonte: Dados referente à pesquisa,2013

Gráfico 05- Grau de escolaridade (%)



Fonte: Dados referente à pesquisa,2013.

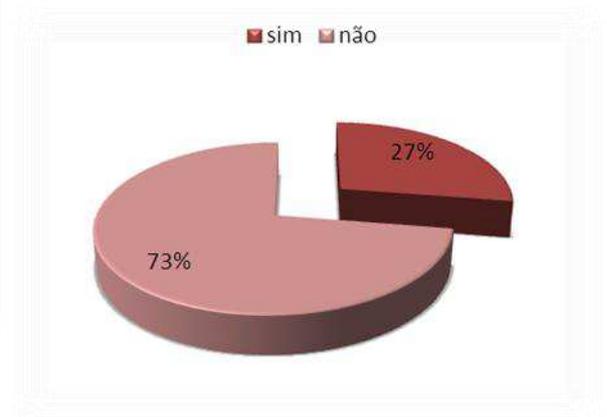
Quanto às questões referentes à sustentação econômica dos associados, 52,% declararam receber menos que um salário mínimo e 73% afirmaram viver apenas da pesca para sobreviver. (Gráficos 04 e 05). Segundo informações repassadas pelos dirigentes da APESCA, os pescadores ganham por produção, produzindo em média 10Kg/dia, o equivalente a R\$ 50,00, esta que é vendida para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tanto os peixes produzidos artesanalmente quanto os dos tanques-redes.

Gráfico 04- Renda mensal dos associados (%)



Fonte: Dados referente à pesquisa,2013.

Gráfico 05- Existência de outra fonte de renda (%)



Fonte: Dados referente à pesquisa,2013.

A associação exige dos associados uma contribuição de R\$2,00 mensais e uma porcentagem de 5% de cada quilo vendido pelo pescador para manutenção das despesas da associação. Muitos pescadores não conseguem atingir a meta de produção mínima, instituída pelos programas devido diversos fatores, mesmo assim, são atingidas as cotas por meio do excedente originário daqueles que obtiveram maior produção.

De acordo com Ganança (2006), baseando-se na legislação em vigor, o principal objetivo da associação não é promover a compra e nem a venda de produtos, e sim a de promover a defesa dos interesses de seus associados, assessorando a comercialização. Não há formação de capital pela associação e não há retirada das quotas-partes dos associados.

Embora presentes as desigualdades no seio da associação, estímulos são oferecidos pela administração no intuito de premiar os associados perante seu aumento significativo na produção, assiduidade nas reuniões e diminuição da inadimplência das contribuições mensais. Não tornou-se perceptível, se esta prática estimula ainda mais a competição, o que estaria contraditório as intenções da Economia Solidária, como bem afirma Borinelli *et al*, (2010), que é a de priorizar a solidariedade à competição, a preservação dos postos de trabalho como primazia à lucratividade e a distribuição dos frutos do trabalho entre os produtores diretos.

Diante da situação exposta, a maior parte dos associados externaram os motivos pelos quais ingressaram na associação: aumento na rentabilidade e obtenção de conhecimentos.

As informações quanto à rentabilidade dos pescadores associados foram questionadas em entrevistas, e os resultados mostraram que maior parte dos associados, ocultam seu patamar econômico no temor de perder os auxílios governamentais e que estes auxílios são o principal e real motivo pelo qual boa parte destes se associaram.

A análise feita *in loco* possibilita a compreensão de que boa parte dos associados não se deu conta do nível organizacional que a associação atingiu. Existe ainda uma concepção da extrema necessidade material que os leva a depender do vínculo empregatício e contesta-se até que ponto as políticas públicas assistencialistas do século XXI auxiliam ou não no processo de emancipação do trabalho destes sujeitos. Segundo Singer (2002, p. 110), “surgiu uma classe operária que se acostumou ao pleno emprego (que vigorou nos países centrais entre as décadas de 1940 e de 1970) e se acomodou no assalariamento.” Assim, os operários precisam aprender a valorizar seu trabalho e a sua independência em seu trabalho.

Durante as análises de campo, do questionário e da entrevista, pode-se notar a dificuldade da participação nas reuniões eletivas, e como consequência os resultados confirmam a baixa participação de maior parte dos associados no processo eletivo, administrativo e fiscal. Desta forma, 82,5% dos associados afirmaram nunca terem concorrido

a cargos administrativos na APESCA, e apenas 15% afirmaram ter ocupado ou ocuparem cargos eletivos.

Decorre da falta de participação o comprometimento com a rotatividade dos cargos na associação, não havendo convergência sequer para afirmar se esta possui sede própria. Vale salientar, que a sede da associação funciona nas instalações residenciais da presidenta, podendo comprometer inclusive, com a democracia participativa do empreendimento.

De acordo com Borinelli *et al*, (2010), as organizações de Economia Solidária devem apresentar como uma de suas vantagens, o seu processo de decisão que em vez de individual é coletivo, tendendo a ser mais democrático e participativo, visto que conta com a experiência de todos os participantes e não fica restrito à imposição de uma minoria.

Maior parte dos associados ainda atribui o sucesso ou o fracasso a presença ou ausência do poder público local, tornando desta forma esta relação, uma relação de dependência muitas vezes prejudicial aos interesses associativos (Quadro 01).

Quadro 01 – Informações sobre a APESCA, a gestão pública municipal e algumas opiniões dos sócios sobre a associação

	AÇÃO	SIM %	NÃO %
A associação tem sede própria?		67,5%	32,5%
A gestão pública municipal contribuiu para melhoria dos associados?		65%	35%
Você acha que é importante a participação dos sócios nas reuniões realizadas pela APESCA?		100%	0%
Em sua opinião, a gestão municipal poderia contribuir mais para o desenvolvimento desta associação e da comunidade?		100%	0%

Quadro 01: Informações sobre a APESCA, a gestão pública municipal e algumas opiniões dos sócios sobre a associação.

Fonte: FARIAS, Ezequiel Sóstenes Bezerra, Set.-2013.

Como estrutura organizacional de apoio a APESCA, foi criada em 22 de Abril de 2004 a Colônia de Pescadores e Aquicultores “Paulino Pereira de Araújo”, (COPECA) com vários objetivos, dentre eles, o de promover, organizar, participar e incentivar a organização dos pescadores com a finalidade de desenvolver a atividade pesqueira. Mesmo assim, analisou-se a falta de informações por parte dos associados quanto à importância, ao poder e ao papel desempenhado por estas representações, e maior parte destes, embora tendo vivenciado alguns de seus princípios, desconhecem o que venha ser a Economia Solidária.

Notou-se que não existe uma distinção, principalmente por parte dos pescadores, entre as atividades da APESCA das atividades que competem a Colônia dos Pescadores, sendo que apenas 45% dos associados da pesquisa reconheceram que o principal objetivo da associação é o da promoção social de seus associados. Embora tenham afirmado, em sua totalidade, o bem-estar trazido após a participação enquanto sócios, 30% dos associados afirmaram

desconhecerem os projetos de capacitação realizados pela APESCA e 52,5 % nunca participaram de alguma atividade desta espécie. (Gráfico 06).

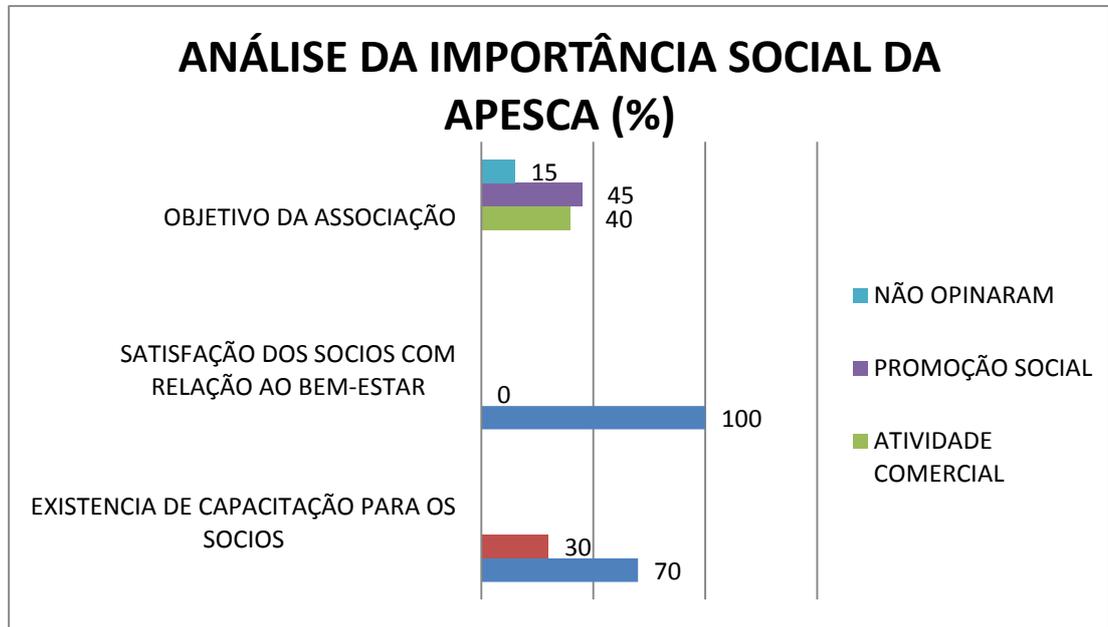


Gráfico 06: Análise da importância social da APESCA

Fonte: Segundo dados coletados na pesquisa.

Na entrevista, detectou-se que os interesses por parte dos benefícios governamentais sobrepõem-se aos interesses quanto à capacitação profissional, além da participação e integração dos associados nas reuniões administrativas serem uma variável perante as questões discutidas.

Os maiores desafios da pesca artesanal estão relacionados à participação dos pescadores nas organizações sociais, ao alto grau de analfabetismo e baixa escolaridade, ao desconhecimento da legislação na base, aos mecanismos de gestão compartilhada e participativa da pesca.¹¹

Quando indagados diante do questionário quanto aos principais problemas enfrentados na associação, várias questões tornaram-se comuns e em destaque por parte dos questionados, como: desunião e desarticulação entre os associados, baixo nível de escolaridade, falta de assistência técnica, falta de participação e interesse coletivo nas questões administrativas, irregularidade na produção e baixa rentabilidade, a tímida valorização adequada à classe dos pescadores e aos seus produtos, etc.

¹¹ Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/artesanal>

De forma unânime, os associados comentaram quanto ao longo período de escassez pluviométrica a qual se submete a região em estudo nos últimos anos e que este fator foi preponderante na queda da produtividade.

No entanto, em contra corrente cada vez mais a pesca vem se especializando e exigindo dos mesmos conhecimentos técnicos, afim de que a pesca seja cada vez mais rentável e que a produção e comercialização, tantas vezes citada pelos associados durante a pesquisa, possam se tornar satisfatórias perante seus anseios e necessidades.

A inadequação ou falta de acesso às técnicas de trabalho termina por limitar a produção do pescado, que relacionado com a qualificação da atividade pesqueira, culmina na necessidade dos pescadores comprarem produtos originários do Estado do Ceará para poder atender a demanda regional.

Diante da necessidade da formação e informação dos associados, no intuito de se buscar dos mesmos, maior compreensão e participação no processo administrativo, também da necessidade de se buscar a eficácia e eficiência no processo produtivo, alguns projetos de assistência técnica, de capacitação e alfabetização foram e serão realizados, como: Pescando letras, Curso Técnico de Pesca e Aquicultura, Curso de Arte e Pesca, Programa de Assistência Técnica e o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos. (Ver figuras 01 e 02).



Figuras 01 e 02: Cursos de capacitação da APESCA (2012).

Fonte: APESCA-2012.

Conforme explicitado pela presidenta da APESCA, Maria de Fátima, quanto à resistência cultural por parte dos pescadores em transitar da pesca artesanal para a aquicultura, ou seja, no processo de qualificação das técnicas de produção e da irregularidade da produção, surgiram as mulheres que antes tinham uma participação limitada na associação com um

papel se soma importância no que diz respeito à inovação tecnológica dentro da própria APESCA.

Segundo a Carta de Princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, dentre os princípios que regem a Economia Solidária, dois deles se caracterizam pela satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica e pelo o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade (FBES, 2003).

O feminismo propõe um projeto de sociedade alternativa e coloca como objetivo a abolição, ou ao menos transformação profunda, da ordem patriarcal e de seu poder regulador, em nome de princípios de igualdade, de equidade e de justiça social. Os movimentos feministas reúnem um conjunto de discursos e práticas que dão prioridade à luta das mulheres para denunciar a desigualdade de gênero (DESCARRIES, 2002).

Por meio de experimentações, mesmo que com análise empírica, criou-se um produto intitulado por “Traíra Desfiada”, originado do beneficiamento e do processamento da espécie de peixe Traíra (*Hoplias Malabariclls*), que antes sofria uma rejeição por parte dos consumidores diante da quantidade de espinhas que a mesma possui. (Ver figuras 03, 04 e 05).

A tecnologia é fundamental para a sustentação da Economia Solidária, sobretudo porque se percebe que dela depende todo um padrão de avanço tecnológico que garante e dá sustentabilidade aos bens e serviços por ela produzidos (FBES, 2008, *apud* SILVA e FARIA).

Para Souza (2010), as tecnologias sociais são aquelas que compreendem produtos, técnicas e metodologias desenvolvidas na interação dos saberes científicos e popular e que representam efetivas soluções de transformação da sociedade (SOUZA, 2010).

Por meio da inovação e da participação coletiva, as mulheres da APESCA agregaram valor a este produto e hoje estão dispersando a outras localidades. Esta tecnologia de baixo custo e de relevância social é caracterizada como tecnologia social, no intuito de auxiliar os pescadores, sendo responsável pela demanda de um produto antes “jogado aos porcos”, se tornando uma alternativa de renda extra para as famílias envolvidas neste processo e melhorando a qualidade alimentícia da população.

Assim, verifica-se que a economia e a agroecologia possuem extrema ligação e se auto-sustentam em todo o seu processo produtivo, causando cada vez mais melhoria das condições de trabalho, e principalmente, a melhoria social, cultural e econômica dos envolvidos pela busca de um mundo melhor.



Figuras 03, 04 e 05: Processamento da Traíra desfiada, APESCA (2012).
Fonte: APESCA-2012.

Maior parte da produção é comercializada através do Programa de Aquisição de Alimento (PAA) e é distribuída entre as instituições de ensino municipal e estadual, além de ter boa aceitação de perante o público consumidor. Um dos projetos é o reaproveitamento dos dejetos de peixes para ser utilizado como complemento na fabricação de ração e algumas partes dos peixes, a exemplo da escama, já são utilizadas na confecção de peças artesanais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode se concluir com a pesquisa que a APESCA não se apresenta norteadada pelos princípios da Economia Solidária, embora seja perceptível sua tendência geral a realizarem os seus fins, de preservação da vida em condições dignas, através da participação democrática e da reciprocidade, etc.

Dentre os principais problemas enfrentados na associação, destacam-se a desunião e desarticulação entre os associados, falta de assistência técnica, falta de participação e interesse coletivo nas questões administrativas.

Notoriamente as contribuições socioeconômicas tem transformado a realidade das famílias dos pescadores, embora o atual modelo existente ainda não esteja a contento da maioria. Mesmo assim, desde as políticas públicas das três esferas governamentais até as ações locais percebe-se que aos poucos a associação e os seus associados vão aumentando o seu potencial produtivo e restabelecendo o piso mínimo de sua renda mensal.

Quanto às concepções sobre a Economia Solidária por parte dos pescadores, o termo é novidade para os mesmos, muito embora alguns princípios estejam representados, embora timidamente, em algumas de suas práticas, a exemplo do importante espaço e papel que as mulheres vêm ocupando e das inovações por meio das tecnologias sociais encontradas.

Algumas práticas agroecológicas foram observadas inclusive nas atividades complementares de horticultura com a ausência de agrotóxicos, no reaproveitamento dos dejetos da produção pesqueira e nos projetos futuros apresentados, como por exemplo: a substituição dos insumos externos como a ração industrial, etc.

Todas as mudanças entendidas como necessárias envolvem iniciativas e providências de naturezas diversas, tanto de caráter administrativo quanto das técnicas e concepções existentes em meio aos associados.

Entende-se que por meio da assistência técnica e dos cursos de capacitação os pescadores da APESCA possam cada vez mais desenvolver práticas que estejam adequadas aos modelos sustentáveis, atingindo tanto a eficiência quanto a eficácia do seu modelo produtivo. Estes cursos não devem se limitar a tratar de assuntos de caráter técnico ligados a pesca, mais de caráter administrativo ligados a gerência da associação, devendo ser uma constante, independentemente da administração vigente.

Quanto as questões de ordem educativa, devem ser valorizadas todos os modelos de educação, seja ele formal (EJA), informal ou não-formal, e que ambas estejam vinculadas a concepção de uma educação libertadora, com olhos para o empreendedorismo e não só para o emprego.

Diante as questões ambientais, sugere-se a implantação de práticas como a integração da pesca a atividade agrícola (desde que esta seja uma produção orgânica), trazendo assim, benefícios econômicos a produção, podendo assim diminuir os custos com a ração, oferecendo aos peixes os produtos oriundos da atividade agrícola, a exemplo das hortaliças que não tenham interesse de mercado. Ainda referente às atividades terrestres, pode ser introduzido o cultivo de minhocas que venham beneficiar a produção agrícola no melhoramento do solo, para que possam servir como ração aos peixes.

Detectada a incipiente participação social na gestão, várias práticas devem ser revistas na organização das reuniões ordinárias, afim de que o pescador possa compreender o processo no qual está inserido, transformando tais reuniões em um momento cada vez mais didático, participativo e democrático.

Quanto às questões econômicas, com a construção e utilização da usina de beneficiamento será agregado valor aos produtos da APESCA e havendo um melhor entendimento e interação entre a Associação e a Colônia dos Pescadores, as chances de ampliação do escoamento da produção serão possíveis, aumentando assim, a rentabilidade e a continuidade da associação, tão questionada perante os pescadores e que trará uma segurança econômica mensal para todos os trabalhadores da APESCA.

Notou-se ainda, uma forte dependência da associação as políticas governamentais, tanto no que diz respeito à comercialização dos produtos quanto à geração de renda dos pescadores, denunciando a insegurança e a dependência político-administrativa que a associação tem com os governos federal, estadual e municipal. Sendo assim, pode-se vislumbrar de forma indutiva um comprometimento da emancipação do pescador enquanto ser social e profissional.

A necessidade de haver uma sede própria da associação levantada pelos pescadores é legítima, frente ao fato desta está estruturalmente funcionando ao lado da residência de seus administradores, onde mesmo sem esta intenção, a ideia de uma associação democrática e participativa pode não ser compreendida pelos associados dando lugar a interpretações de bens privados, inibindo assim, a igualdade e a liberdade entre seus membros.

De forma conclusiva, diante o exposto, reitera-se a necessidade de haver uma reorganização da estrutura associativista e uma conscientização junto aos pescadores quanto à essência da Economia Solidária, uma economia que busca sempre os princípios solidários e igualitários. Sendo assim, a associação em estudo, precisa se fortalecer em torno dos princípios da economia solidária, e só assim terá alcançado maior êxito cultural, educacional e econômico para todos os seus associados, que passarão a serem cidadãos mais críticos social e politicamente, com melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, José. **Associativismo e cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

ABRANTES, José. **Associativismo e cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

ALTIERI Miguel e NICHOLLS Clara. Agroecologia – Resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição. Revista Ciência & Ambiente, no 27, 2003. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/Agroecologia_-_Resgatando_a_Agricultura_Org%C3%A2nica_a_partir_de_um_odelo_Industrial_de_.pdf>. Acesso em Junho de 2013.

AMORIM, Andressa Nunes. **Economia Solidária: princípios e contradições**. Tese (Mestrado em Política Social) Programa de Pós-graduação em Política Social. UFES, Vitória-2010. Disponível em:<web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.../Andressa%20Nunes%20Amorim.pdf> Acesso em: Junho de 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES): atlas da economia solidária no Brasil 2007. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp#>>. Acesso em: agosto de 2013.

CAMARGO PEREIRA, M. C. **Economia solidária: um novo modo de produção face crise do trabalho?**. In: JORNADAS DE JOVENS PESQUISADORES DA AUGM, 14., 2006, Campinas. Anais... Campinas : Editora da Unicamp, 2006. p. 255-255.(Disponível em: <www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren>. Acesso em: Julho de 2013).

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: enfoque científico e estratégico. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 13-16, abr./jun. 2002c. <Disponível em: ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/.../1/ap-agroecologia.pdf>. Acesso em Agosto de 2013.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília: 2009. 30 p. Disponível em: <www.territoriosdacidadania.gov.br/o/2677958>. Acesso em: Agosto de 2013.

COHEN J & ROGERS J 1995. **Associations and democracy. The real utopias project**. Verso, Nova York-Londres. Disponível em: <<http://www.amazon.com/Associations-Democracy-Real-Utopias-Project/dp/1859840485>>. Acesso em: Julho de 2013.

COSTA, P. de A. **Inovação em Economia Solidária**: um desafio no campo político. 2007. 206 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós- Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12413/000625990.pdf?sequence=1>>. Acesso em: Agosto de 2013.

DESCARRIES, Francine. **“Um feminismo em múltiplas vozes, um movimento em atos: os feminismos no Québec”**. In: Labrys, estudos feministas. Brasília: UnB, número 1-2, julho/dezembro, 2002.

Economia solidária em Londrina aspectos conceituais e experiência institucional / (organizador) Benilson Borinelli...[et al.] – Londrina: UEL, 2010.224 p. : il. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/ppga/attachments/121_LIVRO%20ECONOMIA%20SOLID%20C3%81RIA.pdf>. Acesso em: Setembro de 2013.

FBES. (FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA). CARTA DE PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60>. Acesso em: 15/09/2013.

FRANÇA, Ceci Parreira de Araújo; ALMEIDA, Jacinto Alves. **Associativismo**. 2. ed. Brasília: SENAR, 2009.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil**: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. Orientadora Professora Doutora Lúcia Avelar. Dissertação apresentada ao Instituto de Ciência Pública da Universidade de Brasília (UnB) Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/6650?mode=full>>. Acesso em: Julho de 2013.

GERMER, C.M. A “**economia solidária**”: uma crítica marxista. Revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, n. 14, 2º sem 2006, pp 193-214. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/14/out14_10.pdf>. Acesso em Julho de 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Vol.5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAVILLE, Jean-Louis. **L'économie solidaire**. Paris: Desclée de Brower, 1994. Disponível em: <<http://developpementdurable.revues.org/6022>>. Acesso em Agosto de 2013.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/node/250>>. Acesso em: Agosto de 2013.

LEITE, Marcia de Paula(2008). **A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O TRABALHO ASSOCIATIVO**. Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 24 nº 69. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092009000100003&script>. Acesso em: Julho de 2013.

MONTE, Humberto Carneiro. **TERCEIRO SETOR / COOPERATIVISMO: Desenvolvimento local, um estudo de caso da CAMIS**. Sumé – PB. Orientador: Professor MSC. Luiz Antônio Coêlho da Silva. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo) – Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Unidade Acadêmica de Educação do Campo; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

MOTTA, E. de S. M. G. A ‘**outra economia**’: um olhar etnográfico sobre a economia solidária. 2004. 110 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.economiaiviva.com.br/?q=node/113>>. Acesso em Junho de 2013.

PEREIRA, Amaury Ramos. **A difícil construção da cidadania: a percepção de alunos do ensino médio da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr. Trajano Nóbrega em Soledade-PB**. Orientadora: Rejane Gomes Carvalho. Trabalho de Conclusão de Curso

(Especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidade Aberta do Brasil. Disponível em: <http://portal.virtual.ufpb.br/bibliotecavirtual/files/participacao_cidada_no_acompanhamento_e_controle_da_gestao_publica_em_pedras_de_fogopb_1343923114.pdf>. Acesso em: Agosto de 2013.

PUTNAM, Robert. (2000), **Bowling alone: the collapse and revival of American Community**. Nova York, Simon and Schuster. Disponível em: <ejournals.bc.edu/ojs/index.php/catholic/article/.../967>. Acesso em: Agosto de 2013.

PUTNAM, Robert. (2000). **Bowling alone: the collapse and revival of American Community**. Nova York, Simon and Schuster. Disponível em: <ejournals.bc.edu/ojs/index.php/catholic/article/.../967>. Acesso em: Julho de 2013.

RAMPASO, Renata Favero. **Entendendo o Terceiro Setor**. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2010.

SANTOS, B. S. Introdução. In: _____. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 23-77. Disponível em: <web.face.ufmg.br/face/portal/cursos/graduacao/.../download.html>. Acesso em Julho de 2013).

SCHMITTER PC 1993. **La consolidación de la democracia y la representación de los grupos sociales**. Revista Mexicana de Sociología 93(3):3-29. Disponível em: <www.jstor.org/stable/3540919>. Acesso em: Junho de 2013.

SCHMITT, Claudia Job. **Economia solidária e agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis**. Mercado de Trabalho. nº 42, fevereiro de 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_Eco_02_convergencias.pdf. Acesso em: Agosto de 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Carlos Eduardo Guerra. **Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro: uma perspectiva histórica**. Revista de Administração Pública. FGV, EBAPE. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n6/a03v44n6.pdf>>. Acesso em 20/01/2013.

SILVA, Laudiceia Soares da. **Terceiro Setor: aspectos sociais e econômicos da Associação Comunitária de Laginha de Laginha em Sumé, na Paraíba**. Sumé: 2013. Orientação Luiz Antônio Coêlho da Silva. Trabalho de conclusão de curso (Tecnólogo) – Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Unidade de Educação; Curso Superior em Gestão Pública.

SILVA, Luiz Antônio Coêlho da. **Breves comentários sobre o desenvolvimento local e a economia solidária: um estudo do Projeto Mandala em Cuité-Paraíba**. Artigo apresentado na semana do Centro de Humanidades de 2011.

SILVA, Roberto Marinho, FARIA, Maurício Sardá. **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma política de Estado de**

Ciência, Tecnologia e inovação. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.publicacoesfadba.com.br/index.php/revistadm/article/view/130/117>>. Acesso em Agosto de 2013.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Uma utopia militante.** Petrópolis: Vozes, 1998. Disponível em: <paje.fe.usp.br/~mbarbosa/cursopos/singer.pdf>. Acesso em: Agosto de 2013.

SOUZA, Jerônimo Rodrigues. **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma política de Estado de Ciência, Tecnologia e inovação.** Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/bibliotecarts/livros/tecsocialdessust.pdf>>. Acesso em: Junho de 2013.



Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido-CDSA
Unidade Acadêmica de Tecnologia-UATEC
Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia
Campus de Sumé-PB

APÊNDICE 1

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Prezado (a) sócio (a) da Associação de Pescadores de Camaláu/PB

O presente instrumento de pesquisa constitui um dos elementos do trabalho de conclusão do Curso de Tecnologia Superior em Agroecologia da UFCG/CDSA, *Campus* Sumé - PB, como exigência para obtenção do certificado de conclusão, que deverá subsidiar a etapa referente à pesquisa de campo, através de questionário, cujo objetivo central é avaliar o grau de conhecimento e a melhoria da qualidade de vida dos associados da APESCA. Solicitamos sua colaboração no sentido de responder essa entrevista com precisão e possível prontidão ao roteiro aqui elaborado. Cabe destacar o sigilo relativo aos participantes. Neste estudo não há respostas certas ou erradas, bem como não haverá individualização de respostas. Esteja certo de que a sua participação é muito importante para o êxito dessa pesquisa. Ciente de sua valiosa contribuição, agradecemos antecipadamente.

Ezequiel Sóstenes Bezerra Farias, Orientando. E-mail: ezequielostenes@hotmail.com

Msc. Luiz Antônio Coêlho da Silva, Professor Orientador. E-mail: luidd@yahoo.com.br

ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

1. Gênero:

Feminino Masculino

2. Faixa etária:

18 a 21 anos 22 a 30 anos 31 a 40 anos 41 a 50 anos acima de 51 anos

3. Função ou Cargo Atual que exerce: _____

4. Quanto tempo aproximadamente o (a) senhor(a) participa da APESCA?

menos de 03 anos 4 a 10 anos 11 a 20 anos 21 a 30 anos acima de 30 anos

5. Qual é a sua escolaridade?

alfabetizado

não alfabetizado

fundamental incompleto

fundamental completo

ensino médio incompleto

ensino médio completo

superior incompleto

superior completo

6. Qual é a sua renda mensal?

menos de 1 salário mínimo

1 a 2 salários mínimo

até 1 salário mínimo

acima de 3 salários mínimo

7. Onde você reside?

zona rural zona urbana

8. A Associação de Pescadores de Camalaú tem sede própria?

sim não

9. A gestão pública municipal contribuiu para melhoria da associação APESCA?

sim não

Se a resposta for sim, contribui de que forma:

10. Você acha que é importante a participação dos sócios nas reuniões da APESCA?

sim não

Por quê? _____

11. Você já fez parte de movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Sem Terra?

sim não

12. Você possui outra fonte de renda?

sim não

13. A associação possui algum projeto de capacitação para os pescadores?

sim não

14. Você ocupa ou já ocupou algum cargo administrativo na APESCA?

sim não

15. Você acredita que a APESCA contribui para a melhoria de sua qualidade de vida?

sim não

16. Como você conceitua a atual administração da APESCA?

regular boa ótima

17. O presidente da associação APESCA é remunerado?

sim não

18. Você já participou de algum curso de capacitação profissional através da associação?

sim não

Se sim, qual(is)? _____

19. Em quais destes espaços você adquiriu mais conhecimentos necessários ao seu desempenho enquanto pescador e associado?

escola associação cotidiano Outro. Justifique.

20. Em sua opinião, a gestão municipal poderia contribuir mais para o desenvolvimento desta associação e da comunidade?

sim não

Se sim, como? _____

21. O principal objetivo da associação está fundamentado em qual questão?

Atividade comercial Promoção social Outro. Qual? _____

22. Problemas ligados à saúde ocupacional e ao meio ambiente são discutidos nas reuniões da APESCA?

sim não

23. Como é a relação de confiança entre os associados?

ótima boa ruim péssima

24. O que levou você a fazer parte dessa associação?

25. O que mudou em sua vida depois de tornar-se um membro desta associação?

26. O que você acha que poderia ser feito para melhorar a associação que você participa?

27. Na sua opinião, quais são as principais dificuldades que a APESCA enfrenta?

28. Existe alguma sugestão, crítica ou comentário que você gostaria de fazer e não foi contemplado nas perguntas anteriores? Se sim, qual (is)?

29. Se deseja fazer algum comentário que não esteja contemplado neste questionário utilize este espaço.

Muito obrigado pela sua colaboração!



Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido-CDSA
Unidade Acadêmica de Tecnologia-UATEC
Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia
Campus de Sumé-PB

APÊNDICE 2

ENTREVISTA

(Entrevista aplicada com a atual presidenta da APESCA e com um ex-presidente)

- 1- A associação vende os produtos ou apenas presta assessoria à venda que é feita por cada associado?
- 2- Por seR a associação uma sociedade simples sem fins lucrativos, como a mesma lida com a comercialização dos peixes e com os pescadores?
- 3- De que forma a APESCA estimula a solidariedade e a cooperação entre seus associados?
- 4- Quais os benefícios governamentais pelos quais os associados são contemplados?
- 5- Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos pescadores perante a sua efetiva participação política na associação?
- 6- Quais os projetos de educação não formal que estão para serem implantados na associação?
- 7- Quais práticas estão sendo implantadas para que a atividade pesqueira se torne ambientalmente correta?
- 8- Os associados já receberam algum tipo de informação quanto aos princípios da Economia Solidária?

ANEXO A

ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DO MUNICÍPIO DE CAMALAUÁ-PB-APESCA.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FÔRO, DURAÇÃO E OBJETIVOS.

Art. 1º. A Associação dos pescadores do Município de Camalaú – APESCA é uma sociedade simples, sem fins lucrativos, que se regerá por este estatuto, regimento interno e pelas disposições legais aplicáveis.

Art. 2º. A Associação dos pescadores do Município de Camalaú – APESCA, terá sede à Rua Duque de Caxias nº 350, Centro, Camalaú - PB, CEP: 58.530-000, do foro jurídico na Comarca de Monteiro, Estado de Paraíba.

Art. 3º. A duração da Associação é por tempo indeterminado e o exercício social será igual do ano civil, e base territorial, no Município de Camalaú - PB, na microrregião do Cariri Paraibano. APESCA é uma entidade ligada à Federação dos Pescadores da Paraíba, e Confederação Nacional dos Pescadores "CNP". órgão representativo das Associações de pesca.

Art. 4º. O objetivo da Associação é promover o desenvolvimento social e econômico da comunidade de pesca, apoiando a comercialização coletivamente e a produção dos associados e associadas, estimulando ações que reforcem a união, a cooperação e a solidariedade entre os associados, bem como desenvolver, ações educacionais culturais e filantrópicas.

Art. 5º. Para atingir seu objetivo, a Associação poderá:

- a) Desenvolver e estimular ações voltadas para as questões relacionadas a geração, gênero, raça e etnia;
- b) Promover o Desenvolvimento Sustentável a Comunitário com recursos próprios, obtidos por doações ou empréstimos feitos por entidades públicas ou privados, nacionais ou internacionais, como também pessoas físicas;
- c) Celebrar convênios, acordos ou contratos com qual quer entidade pública ou privada, nacional ou internacional, visando à obtenção de serviços em benefício dos associados;
- d) Manter serviços próprios o parcerias nas assistências técnica, assistências médica dentárias, recreativas, educacionais, jurídicas e outras, constituindo-se, neste particular, em mandatária dos associados e associadas no que diz respeito à ecologia, ao meio ambiente, à defesa do consumidor ou com este mesmo objetivo, celebrar convênios com qualquer entidade pública ou privada;
- e) Manter contrato e / ou celebrar acordos com entidades que promovam a comercialização dos produtos dos (as) pequenos (as) produtores (as) visando garantir melhores preços e facilitar o escoamento da produção;
- f) Desenvolver e estimular a solidariedade à cooperação e a união entre os associados na lutar por uma legislação favorável aos (as) pequenos (as) pescadores (as) Aqüicultores e outros produtores da Agricultura Famílias.
- g) Sócios Efetivos: os pescadores e pescadoras artesanais ou profissionais que fazem da pesca o seu meio principal de vida, desde que registrado no órgão público competente, os piscicultores, Aqüicultores, cacinocultores, observadores de cardumes, artesão de apetrechos de pesca e construtores de pequenas embarcações, os aposentados pela categoria representada pela associação e outros produtores, que produzam hortifrutigranjeiros, enquadrados na categoria da agricultura familiar.
- h) Manter entrosamento permanente com o movimento sindical, como forma de garantir a unidade do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras na pesca na luta por seus direitos.
- i) Adquirir, comprar, arrendar embarcações de pesca e construir instalação para recepção, tratamento, armazenamento, beneficiamento e comercialização do pescado proveniente de suas próprias embarcações, dos seus associados e de terceiros.



SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAR
1.º COLEGIO
MONTEIRO - PB

(Handwritten signature)

0